



*Os principais desdobramentos
relacionados à crise do*
Estado do Rio Grande do Sul



Índice

1. Carta Editorial

2. O autor

3. O drama fiscal e do funcionalismo público

4. Números mostram que o Rio Grande do Sul não tem escolha

5. Os depósitos judiciais e a autofagia do Estado

6. Montesquieu e o duodécimo

7. Para acordo com União sair, Sartori, mais do que querer privatizar, será obrigado a privatizar

8. Uma solução não demagógica para a dívida com os hospitais

9. A Lei Kandir é ouro de tolo

10. Gostou?

Carta Editorial

Parabéns por adquirir nosso resumo semanal! Neste resumo você terá acesso a pontos de vista que não circulam mesmo em jornais de grande circulação.

- William Strapazon

Este Livro Digital (Ebook) é o resultado do nosso esforço em resumir os principais aspectos da realidade do Estado do Rio Grande do Sul. Com este resumo você terá acesso às informações mais importantes para compreender corretamente o que está acontecendo.

O Estado do Rio Grande do Sul está com uma série de problemas muito sérios, como um reflexo do modelo de gestão adotado no Brasil inteiro. Primeiro é preciso entender os problemas, para depois buscarmos alternativas ou mesmo compreender novas propostas que venham a ser apresentadas. Este Ebook se propõe a apresentar um resumo comentado dos principais acontecimentos e desdobramentos da política do Estado nos últimos meses.

Você também pode ter acesso a outras edições, artigos, resumos e entrevistas em vídeo através do nosso site - www.locusonline.com.br



Coordenador de Mídia

O autor

Esta edição Especial sobre o Estado do Rio Grande do Sul possui todas as matérias desenvolvidas pelo jornalista Guilherme Macalossi.



Formado em direito pela UCS e estuda jornalismo na Unisinos. Editor do portal Sul Connection, apresentador do programa Confronto, na Rádio Sonora FM. Escreve para jornais locais, articulista do Instituto Liberal do Rio de Janeiro e colaborador da agência Critério, Inteligência em Conteúdo.

O drama fiscal e do funcionalismo público

Guilherme Macalossi

É difícil compreender a situação financeira do Rio Grande do Sul, e ainda mais formular uma solução para ela. Especialistas tarimbados, como [Darcy Francisco Carvalho dos Santos](#), a quem já entrevistei em meu programa de rádio, consideram que não há o que fazer. A avaliação, por mais pessimista que seja, encontra amparo na realidade, uma vez que mesmo com largas privatizações, permanecerá aquele que é um dos principais custos do Estado: a sua folha de ativos e inativos.

Quando um servidor é efetivado, passa a constituir um custo vitalício para as finanças públicas. A não ser em caso de gravíssima infração, ele jamais será demitido. Por mais que haja enxugamento de despesas e redução de custos, o máximo que ocorrerá com o funcionário é ele ser deslocado, levando-se em consideração o concurso que prestou.

Com o passar do tempo e a adesão ao sistema previdenciário, funcionários ativos se tornam inativos, e o Estado, para manter os serviços públicos que oferece, precisa contratar mais servidores, de modo que forma-se uma espiral de custeio que inviabiliza um maior dinamismo das ações administrativas que são tomadas pelos governantes.

A lógica histórica do Rio Grande do Sul é a do Welfare State, o clássico “Estado de Bem Estar Social” consagrado em diversos países da Europa. Nesse modelo, coloca-se o governo como provedor de bens e serviços para o aprimoramento das condições da população. Na medida em que o Estado desenvolve políticas públicas, precisa contratar agentes e servidores que trabalhem para ele, aumentando o tamanho da folha e o gasto com ela.

Em 2015, o número de aposentados no Rio Grande do Sul superou o de funcionários que se encontram trabalhando. O número de aposentados é 50,6% do quadro, cerca de 10% a mais do que o número de ativos.

O total, entre as duas categorias, é de 372.011 servidores. Qual empresa ou conglomerado econômico internacional possui tantos empregados assim?

Para entender o contexto de nossa crise fiscal, é necessário saber qual o modelo de gestão pública que escolhemos ao longo do tempo. E, mais do que isso, quais são os efeitos que sua engrenagem produz. O Rio Grande do Sul apostou em um tipo de administração que gera, no curto prazo, efeitos sociais sensíveis, mas que é insustentável no longo prazo. A folha de pagamentos esta ai para não me deixar mentir.

O resultado é que hoje o Estado se tornou um mero pagador de salários. E um pagador de salários pouco pontual, visto que todos os meses está recorrendo ao parcelamento dos vencimentos de seus próprios funcionários, que tornam-se as vítimas últimas do próprio sistema que as gerou.

Números mostram que o Rio Grande do Sul não tem escolha

A crise fiscal do Rio Grande do Sul não chegou onde chegou sem boas razões. E a avaliação técnica da coisa anda de mãos dadas com as escolhas políticas e...

Guilherme Macalossi

A crise fiscal do Rio Grande do Sul não chegou onde chegou sem boas razões. E a avaliação técnica da coisa anda de mãos dadas com as escolhas políticas e culturais que nosso povo fez.

É bem fácil notar que poucas vezes em nossa história houve um interesse claro de lidar com a problemática econômica do avanço da burocracia. Deixamos que ela fosse se acumulando ao longo do tempo.

No texto anterior que escrevi sobre [o drama fiscal do funcionalismo](#), mostrei a quantidade de servidores públicos ativos e inativos que compunham a folha de pagamentos do Estado. Hoje eles são talvez as maiores vítimas da falência fiscal e do próprio excesso de burocracia que os gerou. Além da falta de serviços básicos com saúde, educação e segurança, que todos os gaúchos enfrentam, eles têm o agravante de terem seus salários parcelados pelo fato de que o Executivo não tem dinheiro algum em seus cofres.

No Sul Connection, portal em que sou editor, escrevi que Sartori demorou tempo demais para apresentar o pacote de cortes.

Antes de propor o fechamento de Fundações, fusões de Secretarias e privatização de Estatais, entre outras medidas, ele já havia elevado a tributação do ICMS, repactuado a dívida com a união por 20 anos, obtendo um desconto de R\$ 2 bilhões em 2016, criado uma Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, e aumentado o limite de saques aos depósitos judiciais para 95%.

Tudo isso foi obtido não sem enorme prejuízo político e social, afinal, Sartori precisou recorrer até mesmo ao aumento de impostos, que impactou negativamente na população gaúcha. E a sensação que ficou é de que, apesar de algumas medidas, nada havia sido feito em relação ao próprio governo.

As medidas que estão postas são necessárias não para curar em definitivo o Rio Grande do Sul, mas para continuar um longo e árduo tratamento que não verá efeitos a não ser no longo prazo. Diante dos déficits bilionários acumulados todos os anos, a economia que se pretende com esses cortes pode parecer tímida, mas serve sobretudo para abrir a discussão do papel do governo na sociedade e atacar a cultura dirigista que sempre esteve no âmago da tradição gaúcha.

De modo que o Rio Grande do Sul não tem alternativa. Se o Estado não conseguir ver este pacote de cortes para órgãos coadjuvantes aprovados, qual a esperança de resolver os problemas previdenciários que constituem a maior parte do rombo? A dimensão do que está sendo discutido, e é essa a razão desta análise, vai para muito além do debate se um zoológico deve ser público ou não.

Na Rádio Gaúcha, Sartori foi muito sincero ao admitir que não há plano B caso a Assembleia rejeite a proposta. Disse ele: *“A nossa proposta foge das características meramente políticas, partidárias, de bancada ou ideológicas. É uma necessidade. Temos que olhar para frente (...) Não existe plano B”*. Ele completou: *“Nós precisamos aprovar todo o pacote se quisermos avançar. Estou plantando uma semente, porque eu não quero que outro governante passe pelo constrangimento que eu estou passando”*.

Para além de eventuais constrangimentos de governantes, está é se lidando com a hipótese de um futuro eleito não ter margem nem mesmo para pagar parcelas de salários. E não se trata aqui de ameaçar com o apocalipse. Os números mostram que tudo o que está ruim pode piorar. Com os cortes, o governo prevê uma economia de R\$ 6,7 bilhões em quatro anos. A previsão orçamentária em caso de rejeição das medidas é de um déficit de R\$ 8,8 bilhões até o fim de 2018.

Demagogia ideológica e oportunismo de lado, esses são os fatos que a realidade fria da matemática impõe. E ante eles, não há alternativa para o Rio Grande do Sul.

Os depósitos judiciais e a autofagia do Estado

Nos últimos textos, tenho focado bastante em nossa crise fiscal e em como ela consiste em um verdadeiro processo de autofagia da estrutura do estado. Talvez sirva de exemplo o...

Guilherme Macalossi

Nos últimos textos, tenho focado bastante em nossa crise fiscal e em como ela consiste em um verdadeiro processo de autofagia da estrutura do estado.

Talvez sirva de exemplo o que ocorreu com os depósitos judiciais. Ainda que tenham sido vastamente utilizados pelos últimos governos, o fato é que eles não são recursos pertencentes ao Tesouro gaúcho. Tratam-se, isso sim, de valores privados que se encontram em discussão na Justiça. O que o governo faz são empréstimos junto a essa fonte, confiando na morosidade da lei. Hoje, caso todas as questões processuais envolvendo recursos que se encontram nesses depósitos fossem resolvidas, os proprietários de direito desse dinheiro não o receberiam.

Desde 2004, o governo do Estado é autorizado por lei a fazer saques nos depósitos. O que foi criado para ser usado em uma situação derradeira e emergencial acabou se transformando em uma política adotada por todos os governos, alguns em menor e outros em maior grau. Tarso Genro, por exemplo, sacou dos depósitos mais do que todos os outros governadores somados.

Quando Sartori assumiu, 85% dos valores já haviam sido captados. Para continuar utilizando a fonte, ele precisou encaminhar um projeto de lei para ampliar essa possibilidade para 95% do saldo disponível.

Cabe ressaltar também que se trata de dinheiro que gera dívida. Como não são seus recursos, o Rio Grande do Sul paga juros pelo que usa. Na prática, para amenizar os efeitos de seu já gigantesco déficit, estamos criando novos.

Diante desse histórico e desses números, cabe questionar: Qual foi o benefício concreto que tais saques geraram?

O que se viu foi apenas a criação de uma nova dívida tão impagável quanto as outras que já temos. Algumas folhas salariais foram quitadas, mas nada que resolvesse o problema crônico e estrutural.

Os economistas liberais são pródigos em demonstrar como a gula estatal por mais recursos se reverte sempre em mais prejuízos, principalmente para o erário. O gene da ineficiência se encontra entronizado na burocracia. É fácil demonstrar que uma máquina inchada, por mais recursos que receba, sempre acabará sendo menos eficiente na proporção em que aumentar de tamanho. O Rio Grande do Sul, no momento atual, é o melhor exemplo disso.

Montesquieu e o duodécimo

Em meu programa de rádio, tenho acompanhado com enorme atenção o andamento do pacote de austeridade do governador Sartori que está sendo votado na Assembleia gaúcha. Aqui no site, também...

Guilherme Macalossi

Em meu programa de rádio, tenho acompanhado com enorme atenção o andamento do pacote de austeridade do governador Sartori que está sendo votado na Assembleia gaúcha. Aqui no site, também tenho trazido informações sobre a situação financeira do estado, com foco no contexto que levou o Rio Grande do Sul ao atual ambiente de caos financeiro.

Tenho defendido as medidas apresentadas pelo atual governo, ressaltando sempre que elas vieram com dois anos de atraso. Sartori deveria tê-las apresentado no início de sua administração. Mas o que importa é que, mesmo tardiamente, o debate sobre o tamanho da presença do estado finalmente está na boca do povo, ainda que um tanto maquiado pela espuma da politicagem e dos interesses corporativos.

O fato é, entretanto, que nem tudo são flores nas votações até aqui ocorridas. Talvez, do conjunto todo já discutido pelos parlamentares, tenha sido reprovada aquela que era a medida mais significativa do ponto de vista da sanidade da repartição de recursos: a proposta de um novo cálculo para o duodécimo.

Antes de mais nada, é importante explicar o que é o duodécimo e qual o motivo de o governo defender sua alteração. Trata-se do repasse de recursos estatais feitos pelo Executivo para o Judiciário, Legislativo e demais órgãos públicos. O duodécimo está ancorado na tripartição dos poderes, que prevê, além da harmonia, também a independência, inclusive financeira, entre eles. É o Executivo quem arrecada, mas precisa destinar parte da receita advinda para que os demais poderes possam gerir suas próprias contas, incluindo aí investimentos e pagamento de folha salarial.

A proposta que foi votada em dezembro:

Atualmente, o duodécimo é calculado com base nas receitas orçamentárias do Estado. Qual o problema básico disso? Receitas orçamentárias, e assim o sabem bem os prefeitos dos municípios brasileiros, na maioria das vezes, acabam não sendo cumpridas. Não por falta de competência de quem monta o orçamento, mas pelas imprevisibilidades econômicas que geram a diminuição de receitas, atrasos em repasses intergovernamentais, entre outros fatores fundamentais que não necessariamente ligados à administração pública.

O que o governo Sartori pretendia era amparar o repasse de recursos para os outros poderes com base na arrecadação efetuada. A medida traria sanidade financeira para a repartição, visto que ela seria baseada em dinheiro que de fato foi obtido junto aos pagadores de impostos, e não em uma abstração contábil como é a previsão orçamentária. Com a aprovação, 700 milhões seriam economizados todos os anos.

Infelizmente, devido a defecções e abstenções na base do governo, e também a enorme pressão de representantes de outros poderes e órgãos públicos, o projeto não passou. Resta a Sartori recorrer ao STF, onde uma decisão favorável ao governo do Rio de Janeiro serve de precedente para que ele ao menos tenha esperança de uma possível reversão na justiça.

Quando Montequieu formulou sua teoria de tripartição, pensava em delimitar competências e atribuições para Executivo, Legislativo e Judiciário, de forma que juntos e em sintonia pudessem levar a um bom governo para a sociedade. Não se pode distorcer essa fórmula política de modo a proteger uma verdadeira injustiça financeira. Não se pretende tirar recursos de ninguém, apenas racionalizá-los. O recálculo do duodécimo é uma medida que o filósofo francês aplaudiria com entusiasmo, uma vez que traria equidade para a fonte de receita dos três poderes.

Para acordo com União sair, Sartori, mais do que querer privatizar, será obrigado a privatizar

O que já era um desejo do governo Sartori agora se transforma em uma obrigação. Terá de privatizar companhias estatais que representam alto custo para o erário público se quer...

Guilherme Macalossi



O que já era um desejo do governo Sartori agora se transforma em uma obrigação. Terá de [privatizar companhias estatais](#) que representam alto custo para o erário público se quer ver aprovado o plano de renegociação da dívida do Rio Grande do Sul com a União.

O governador tem se encontrado constantemente com altos dirigentes do governo federal para acertar os pontos do acordo. No último deles, com o Ministro Henrique Meirelles, veio a cobrança pelo enxugamento da estrutura de governo. Estão previstas a privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica, da Companhia Riograndense de Mineração e da Sulgás como forma de contrapartida.

A verdade é que há bons auspícios de que a renegociação seja aprovada. E isso se dá porque Sartori se antecipou no enfrentamento da crise fiscal que assola o Estado. Seu pacote de austeridade, ainda em votação na Assembleia Legislativa, é o mais significativo, ainda que desde o início de seu mandato outras medidas tenham sido tomadas nesse sentido. Vale destacar aqui a Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, ainda mais dura do que a Federal e o reajuste do ICMS.

Outras unidades federativas também tem tentado entrar em entendimento com a União, visto que diversas delas se encontram em situação econômica crítica. É o caso do Rio de Janeiro, que não tem conseguido destinar recursos nem mesmo para o combustível da polícia. A diferença é que, antes de qualquer tratativa de renegociação de dívida ser iniciada, ações foram tomadas para que o Estado buscasse algum equilíbrio em suas contas. A agilidade com que o acordo toma forma é resultado do reconhecimento da abrangência das medidas.

O próximo passo de Sartori, entretanto, dependerá do trabalho de articulação política que será desenvolvido na Assembleia Gaúcha. O ano de 2016 terminou com um revés nas medidas apresentadas no pacote de austeridade. A rejeição de alteração de cálculo do [duodécimo](#) por parte dos parlamentares alimentou temores de que outros pontos fundamentais também seriam rejeitados, como é o caso das privatizações. Vale lembrar que para conseguir vender os ativos estatais que o governo federal também quer que Sartori venda, será necessário revogar o dispositivo constitucional estadual que obriga o governador a convocar a população para opinar sobre o assunto. Sartori tem o desafio de organizar sua base política no Legislativo para matar dois coelhos de uma só vez: se ver livre de organismos dispendiosos e obter o acordo que aliviará suas contas.

Uma solução não demagógica para a dívida com os hospitais

Se há uma boa expressão para definir o que José Ivo Sartori vem fazendo no Rio Grande do Sul é “gerindo o caos”. O estado de penúria de áreas essenciais...

Guilherme Macalossi

Se há uma boa expressão para definir o que José Ivo Sartori vem fazendo no Rio Grande do Sul é “gerindo o caos”. O estado de penúria de áreas essenciais como segurança e saúde é ilustrativo. Ainda que seu governo tenha responsabilidade direta em alguns erros cometidos, como os cortes efetuados até mesmo no policiamento de patrulha, é inegável que o conjunto da obra, por ser consequência da deficiência financeira estrutural do Estado, passa longe de sua quota de culpa.

É o caso da dívida que vinha se acumulando com instituições de saúde. Desde 2016, havia um débito acumulado de 276 milhões em repasses para hospitais filantrópicos, públicos e santas casas. Em janeiro, já havia sido pago 76 milhões para 220 hospitais, com prioridade para aqueles realizavam procedimentos pelo SUS. Agora, o governo liquidou o restante, liberando 200 milhões para os outros 50 hospitais que detinham a maior parcela dos atrasos contabilizados.

Para obter os recursos, Sartori buscou apoio de uma linha de crédito obtida junto ao Fundo de Apoio Financeiro e de Recuperação dos Hospitais Privados Sem Fins Lucrativos. O empréstimo será pago pelo governo em 18 parcelas, que deverão ser quitadas até novembro de 2018. Com isso, a dívida será completamente liquidada até o final de seu mandato, livrando o próximo governante, seja ele quem for, de mais um fardo financeiro.

Quem definiu bem a operação do governo Sartori para saldar as dívidas foi o presidente da Federação das Santas Casas, Hospitais Beneficentes, Religiosos e Filantrópicos do Estado, André Emílio Lagemann. Segundo ele: “A crise, que também nos atinge, exige malabarismos. Estamos fazendo os ajustes possíveis e olhamos para frente para construir alternativas conjuntamente”.

Em tempos nos quais os problemas estruturais do Estado saltam aos olhos pela evidente falta de caixa, sobra espaço para oportunismo político e proselitismo sindical. Ao contrário da polêmica sobre [recálculo do duodécimo](#), que teve muita espuma corporativa e pouca argumentação técnica, a solução encontrada para os hospitais nasceu de um esforço conjunto entre poder público e instituições de saúde. Com a solução alcançada, espera-se que a área possa ter novo fôlego até que o projeto de reestruturação financeira do Rio Grande do Sul esteja concluído.

A Lei Kandir é ouro de tolo

Desde semana passada, circula pelas redes sociais a participação do Deputado Estadual Luís Augusto Lara no programa Pampa Debates, veiculado na TV Pampa. O parlamentar, que foi Secretário de Governo...

Guilherme Macalossi

Desde semana passada, circula pelas redes sociais a participação do Deputado Estadual Luís Augusto Lara no programa Pampa Debates, veiculado na TV Pampa. O parlamentar, que foi Secretário de Governo nas administrações de Germano Rigotto, Yeda Crusius e Tarso Genro, abordou a tentativa de José Ivo Sartori em renegociar a dívida do Estado junto ao Governo Federal.

Para Lara, renegociar a dívida é o “maior crime que se pode fazer com o Rio Grande do Sul”. Tudo porque, segundo ele, o Supremo Tribunal Federal (STF) teria decidido questão semelhante em favor de Minas Gerais, que entrou com uma ação na corte alegando que a dívida da União, referente às compensações da Lei Kandir, seria superior ao total da dívida do Estado com a União. Segundo Lara, que replicou as palavras do governador mineiro Fernando Pimentel, tal decisão tornaria Minas credor da União, obrigando assim o Governo Federal a pagar o Estado.

Confira a manifestação do Deputado Luis Augusto Lara:



Você pode assistir clicando [AQUI NESTE LINK](#)

A Lei Kandir é uma complexa legislação repleta de minúcias tributárias referentes às desonerações (isenção de impostos) do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre nove itens, dentre os quais os insumos primários. Essa lei previa uma compensação financeira para os Estados e Municípios exportadores que, em virtude da aplicação dos dispositivos previstos, perdiam arrecadação.

A verdade é que o Governo Federal jamais cumpriu integralmente a sua parte, criando distorções financeiras e uma “dívida” com relação aos entes federados. Algumas deles, incluindo até mesmo o Rio Grande, recorreram ao Judiciário para obter o retorno dos valores devidos.

A ação impetrada por Minas Gerais provocou o STF a buscar uma solução para tais compensações. Mas o resultado da decisão, ao contrário do alegado por Lara e Pimentel, não “obriga” ninguém a “pagar” nada, apenas dá prazo de um ano para que o Congresso Nacional regule as compensações da Lei Kandir.

Em 2015, o Deputado Estadual Sérgio Turra consultou o Tribunal de Contas do Estado sobre essa questão. O parecer dispõe que “não é possível afirmar a existência de uma dívida formal vinculada às desonerações determinadas pela Lei Complementar 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir). Nesse quadro, verifica-se possível estimar um valor compensatório das desobrigações legais.”

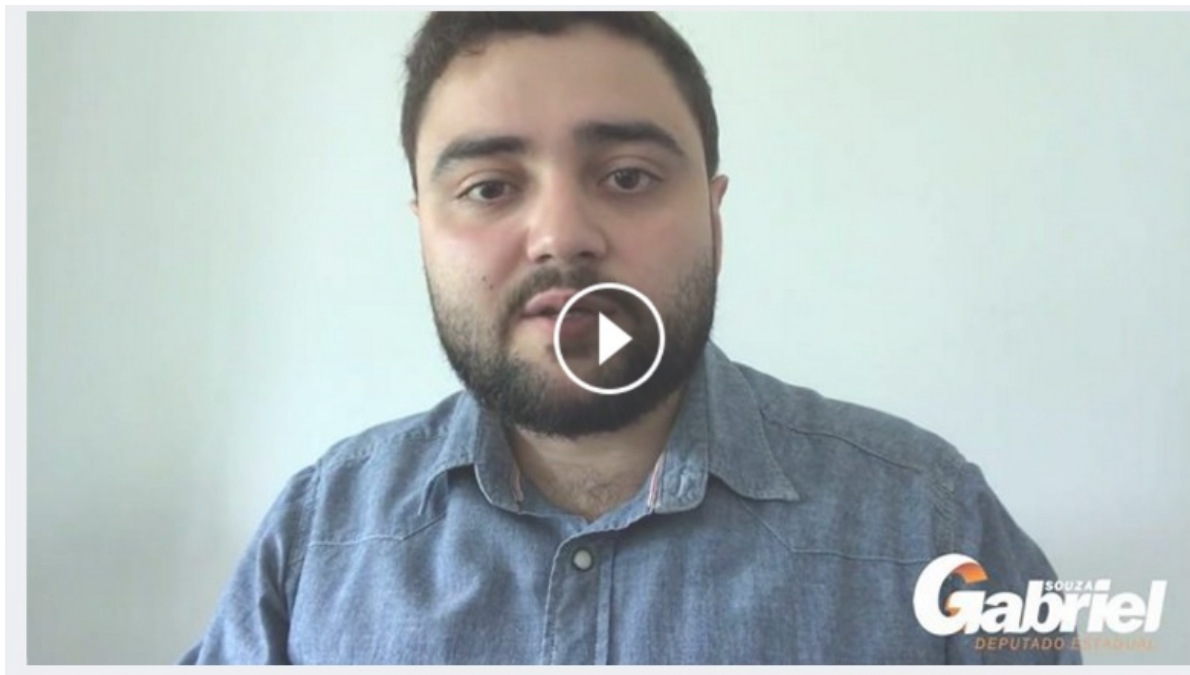
Quando a questão finalmente chegar ao Congresso, passará ainda por longo debate, para só então resultar em acordo que determinará *o que* será compensado e *qual* será a forma. O resultado ainda é incerto e imprevisível.

Lara e Pimentel apostam na desinformação para confundir os eleitores, trocando a urgente renegociação das dívidas estaduais por ouro de tolo. Ainda que a compensação eventualmente resulte em valor que seja revertido para o Estado, faz-se ainda necessário buscar uma readequação financeira estadual e o consequente acordo com a União.

A verdade é que Lara, assim como Pimentel, dissimularam a decisão do STF, dando a impressão de que, uma vez identificado o valor total da compensação da Lei Kandir, o mesmo será abatido integralmente do débito estadual. Trata-se apenas de uma solução mágica que serve apenas para adiar o problema real. Os Deputados Federais, e principalmente os Senadores, devem sim se mobilizar para aprovar o quanto antes uma regulamentação indicada pelo STF, mas isso não pode servir de desculpa para impedir a modernização da estrutura estatal e burocrática.

Confira a manifestação do Deputado Estadual Gabriel Souza:

O Deputado Gabriel Souza também se manifestou sobre o assunto em sua página no facebook. Você pode assistir clicando [AQUI NESTE LINK](#)



Gostou?

Você pode assinar nosso serviço pelo site para receber um resumo como este, todas as semanas em seu email.

Assine e receba um resumo toda a semana! -
www.locusonline.com.br

